



Graduação em História na Universidade Eduardo Mondlane: a contribuição do Arquivo Histórico de Moçambique¹

Degree in History at Eduardo Mondlane University:
the contribution of the National Archives of Mozambique

Licenciatura de Historia en la Universidad Eduardo Mondlane:
la contribución del Archivo Histórico de Mozambique

Cecília Preciosa Cabsela
Escola Superior de Jornalismo (Moçambique)
<https://orcid.org/0000-0002-2216-5792>
<http://lattes.cnpq.br/9824660923909092>
cp.cabsela@unesp.br

Leonor Celeste Silva
Arquivo Histórico de Moçambique (Moçambique)
<https://orcid.org/0000-0002-6648-5341>
<http://lattes.cnpq.br/9597963923045197>
leonor.silva@unesp.br

Maria Leandra Bizello
Universidade Estadual Paulista (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-6009-2635>
<http://lattes.cnpq.br/5460972179410597>
ml.bizello@unesp.br

Resumo

Questiona-se como o Arquivo Histórico de Moçambique contribui para o ensino de graduação em História da Universidade Eduardo Mondlane. Assim, busca-se compreender o seu papel; conhecer o curso de graduação em História; identificar e selecionar as monografias que têm o Arquivo Histórico de Moçambique como fonte e/ou como objeto de estudo, e analisar como é mobilizado este arquivo nessas monografias. É um estudo de caso quali-quantitativo, baseado em revisão de literatura, pesquisa documental e estudo bibliométrico, onde aplicou-se análise de conteúdo às monografias recuperadas no Repositório da Universidade Eduardo Mondlane. Com base em termos de busca pré-definidos, foram recuperadas 4 monografias de 143 existentes, sendo 3 através do termo “Arquivo” e 1 “Arquivo Histórico de Moçambique”. Conclui-se que o curso tem o Arquivo Histórico de Moçambique como fonte. “Memória” não aparece como temática das monografias. Infere-se que haja monografias não depositadas e/ou indexadas no repositório.

Palavras-chave: Arquivo Histórico de Moçambique; História; Memória.

¹ Este artigo foi produzido como resultado da comunicação apresentada no XI Seminário Nacional do Centro de Memória-Unicamp, sob o tema “Memória e Patrimônio Acadêmico-Científico”.

Abstract

The question is how the National Archives of Mozambique contributes to degree teaching in History at Eduardo Mondlane University. The aim is to understand its role; to get to know the degree in history; to identify and select the monographs that have the National Archives of Mozambique as a source and/or object of study, and to analyze how this archive is mobilized in these monographs. This is a qualitative-quantitative case study, based on a literature review, documentary research and a bibliometric study, in which content analysis was applied to the monographs retrieved from the Eduardo Mondlane University Repository. Based on pre-defined search terms, 4 monographs were retrieved from 143 existing ones, 3 of which using the term “Archive” and 1 “National Archives of Mozambique”. It can be concluded that the course uses the National Archives of Mozambique as a source. “Memory” does not appear as a theme in the monographs. It is inferred that there are monographs not deposited and/or indexed in the repository.

Keywords: National Archives of Mozambique; History; Memory.

Resumen

La cuestión es cómo el Archivo Histórico de Mozambique contribuye a la enseñanza de grado en Historia en la Universidad Eduardo Mondlane. El objetivo es comprender su papel; conocer la carrera de Historia; identificar y seleccionar las monografías que tienen el Archivo Histórico de Mozambique como fuente y/u objeto de estudio, y analizar cómo se moviliza este archivo en dichas monografías. Se trata de un estudio de caso cualitativo-cuantitativo, basado en una revisión bibliográfica, una investigación documental y un estudio bibliométrico, en el que se aplicó el análisis de contenido a las monografías recuperadas del Repositorio de la Universidad Eduardo Mondlane. A partir de términos de búsqueda predefinidos, se recuperaron 4 monografías de las 143 existentes, 3 de ellas utilizando el término «Archivo» y 1 «Archivo Histórico de Mozambique». Se puede concluir que el curso utiliza como fuente el Archivo Histórico de Mozambique. «Memoria» no aparece como tema en las monografías. Se infiere que hay monografías no depositadas y/o indexadas en el repositorio.

Palabras clave: Archivo Histórico de Mozambique; Historia; Memoria.

Recebido: 23/11/2025

Aprovado: 04/04/2026

Introdução

Moçambique e Brasil possuem uma herança colonial que encontra bastantes pontos em comum. Não só têm semelhanças como também têm cooperado em vários domínios e há vários anos, sendo a destacar, a área da Educação e da Documentação.

Nos primórdios da institucionalização do ensino superior em Moçambique, vários docentes brasileiros foram à Moçambique, sobretudo os provenientes dos movimentos anti-ditadura, para lecionarem na então Universidade de Lourenço Marques (ULM). Mas também vários moçambicanos foram ao Brasil para se formar em diferentes domínios do saber, com destaque aqui para os moçambicanos formados em Arquivologia e Biblioteconomia a partir dos anos 90. Aliás, com o apoio do Brasil foi aprovado o curso de graduação em Ciência da informação que iniciou em 2009 na Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Este curso encontra suas raízes no curso de graduação de História, no seu currículo de 2004.

Ora, neste trabalho centramos a nossa atenção no ensino do curso de graduação em História na UEM, buscando reflexões que propõem um diálogo interdisciplinar entre os Arquivos e a História através do ensino. “Como o Arquivo Histórico de Moçambique contribui para o ensino do curso de graduação em História da Universidade Eduardo Mondlane?” Foi a nossa pergunta de partida através da qual perseguimos o objetivo de “compreender o papel do Arquivo Histórico de Moçambique no ensino do curso de graduação em História da Universidade Eduardo Mondlane”. Este objetivo implicou que conhecêssemos o curso de graduação em História, identificássemos e seleccionássemos as monografias que têm o Arquivo Histórico de Moçambique, doravante AHM, como fonte ou como objeto de estudo bem como implicou que analisássemos como é mobilizado o AHM nessas monografias. Para o alcance destes objetivos, pautamos pelos procedimentos metodológicos descritos a seguir.

O trabalho é um estudo de caso fruto de uma pesquisa quali-quantitativa. Nela realizou-se uma revisão de literatura, uma pesquisa documental e um estudo bibliométrico. Aplicou-se análise de conteúdo das monografias recuperadas no Repositório da UEM, através dos termos “Arquivo”, “Arquivo Histórico de Moçambique” e “Memória”.

As monografias foram recuperadas no Repositório de monografias da UEM, na comunidade “Faculdade de Letras e Ciências Sociais” e subcomunidade “curso de licenciatura em História”. Uma análise de conteúdo foi aplicada aos dados. Assim, foram identificadas as monografias de interesse para o estudo mediante busca no repositório de monografias da UEM de acordo com os critérios previamente estabelecidos, portanto, do curso de graduação em História e que tiveram o AHM como fonte ou objeto de estudo. Foram, na sequência, seleccionadas as monografias que atenderam ao critério. Portanto, com base nos termos de busca definidos, foram recuperadas 4 monografias de 143 existentes no repositório, sendo 3 através do termo “Arquivo”, 1 “Arquivo Histórico de Moçambique”, e nenhuma resultante dos restantes.

De seguida, em planilha Excel, tabulamos os dados coletados. A planilha foi composta por ano de defesa da monografia; título; palavras-chave; resumo; AHM como objeto ou fonte; autoria; link de hospedagem da monografia; quantidade de monografias; total de monografias; análise e interpretação. A análise e interpretação recaiu sobre o uso do AHM como objeto de pesquisa ou como fonte; o ano de defesa, a fim de aferir a tendência e construir um histórico; o total de monografias que tomam o AHM nas duas perspectivas e o total para cada perspectiva. Nas seções que se seguem apresentamos o resultado desta pesquisa.

1. Arquivo, Memória e ensino de História: Interconexões

Arquivo, memória e história podem ser analisados em diferentes perspectivas. Neste artigo pretendemos, a partir de seus conceitos e funções, compreender suas interconexões no contexto do ensino de história.

1.1 Arquivo

A história dos registros arquivísticos remonta ao início da escrita, mas o arquivo como instituição arquivística de âmbito nacional e instrumento de cidadania, bem como sua abertura para o acesso público são conquistas da Revolução Francesa.

Camargo e Bellotto (1996) definem arquivo como conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas; arquivo é uma entidade administrativa responsável pela custódia, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição. Entende-se arquivo como memória e como lugar de memória.

Os estudos visitados sobre a relação entre memória e arquivo, nos revelaram que estes guardam uma relação intrínseca, os arquivos são suportes para a memória e a lembrança depende de bases materiais e elementos imateriais para se manter.

A partir da segunda metade do século XX, verifica-se um crescimento exponencial da produção documental, o que demandou novas formas de tratamento e organização dos arquivos. Deste modo, desenvolve-se a teoria das três idades e da gestão de documentos que permite, de entre outros benefícios, preservar e manter viva a memória documental.

1.2 Memória

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p.423).

O desenvolvimento das formas de comunicação entre os homens permitiu o surgimento da escrita, no período pré-histórico e, conseqüentemente, o registro da memória em suportes materiais. A escrita foi inicialmente entendida como instrumento de apoio à memória humana. Todavia nem todos tiveram o mesmo entendimento. “Para Platão uma escrita externalizada ocupa o lugar da memória e, portanto, a destrói; para Shakespeare, ao contrário, uma escrita interativa estimula a memória” (Assmann, 2011, p.205),

Para Lodolini *apud* Couture e Rousseau (1999, p. 34) a “memória registrada e conservada num suporte material constitui e constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos”. Portanto, os autores que discutem questões ligadas à memória, em diversas áreas do conhecimento, reconhecem que desde os primórdios da humanidade esta tem uma forte ligação com a história. Enquanto a memória capta, registra e preserva os acontecimentos, a história estuda esses acontecimentos

1.3 Ensino de História

História é o conhecimento que chega até nós através de vestígios para dar a conhecer factos ou acontecimentos não presenciados. O significado da palavra história conheceu variações ao longo das épocas, dependendo das abordagens, pontos de vista e objetivos de cada autor. Como gênero literário, a História tem suas origens na Grécia antiga quando Heródoto,

considerado pai da História, usou pela primeira vez a palavra história com o sentido de investigação, ou seja, a história como campo de pesquisa e estudo.

Segundo Córdilo (2021) a história abarca três dimensões interdependentes: a experiência vivida concreta; a história entendida como gênero literário; a história como campo científico, com um corpo de procedimentos e teorias que orientam o processamento crítico da memória social através da análise de documentos.

É no contexto da história como campo científico, na primeira metade do século XIX, que o ensino de história vai-se acentuar como um estudo mnemônico sobre um passado, preocupado com a formação moral e cívica. Essa época foi marcada pela priorização das investigações sobre a importância da autenticidade documental e a adoção de métodos orientados a crítica interna e externa das fontes escritas e arqueológicas (Janotti, 2008).

No quadro do historicismo e do positivismo a Arquivística foi se firmando como ciência auxiliar da História, colocando-se à disposição do saber histórico. Esta prática irá mudar no decorrer do século XX, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial com a adoção da teoria das três idades e da gestão de documentos, em resposta aos desafios impostos pelo aumento da produção documental.

Na parte que se segue, busca-se apresentar o panorama do Ensino Superior e da UEM, a fim de melhor compreender o ensino do curso de graduação em História naquele país.

2. O Ensino Superior em Moçambique e a Universidade Eduardo Mondlane

Para compreender o ensino superior em Moçambique é necessário recuar ao período anterior à independência de Moçambique. Neste contexto, o Ministério do Ultramar, através do Decreto-Lei nº. 44.530, de 21 de agosto de 1962, criou nas províncias de Angola e de Moçambique, os Estudos Gerais Universitários, integrados nas universidades portuguesas (Universidade de Lisboa, o Instituto Superior Técnico, a Universidade do Porto e a Universidade de Coimbra). Neste mesmo decreto, no seu artigo 7º, está plasmado que “nos Estudos Gerais Universitários serão instituídos, com prioridade, os cursos correspondentes aos domínios de atividade onde se verifique maior carência de pessoal habilitado com cursos superiores” e ficou desde logo considerados como prioritários os cursos relacionados com a ciência aplicada.

O Decreto-Lei nº. 45.180, de 5 de agosto de 1963, que promulga o regime de funcionamento dos Estudos Gerais Universitários (EGU) de Angola e de Moçambique, aponta no seu art. 8º que os EGU compreendem os cursos de ciência pedagógica; médico cirúrgico; curso de engenharia civil; engenharia de minas; engenharia mecânica; engenharia eletrotécnica; engenharia químico-industrial; curso superior de agronomia; curso superior de silvicultura e curso de medicina veterinária. Assim, aquando da instituição do ensino superior em Moçambique, não foi com ela instituído o curso superior de História, o que só veio a acontecer mais tarde.

Com o Decreto-Lei nº. 48.790, de 23 de dezembro de 1968, os EGU de Angola e de Moçambique passaram a ter a designação, respetivamente, de Universidade de Luanda e Universidade de Lourenço Marques. Segundo Mangue e Blaunde (2023), para além da nova designação passaram a serem oferecidos mais cursos tais como Filologia, História, Geografia e Economia.

Ora, até a independência de Moçambique, a ULM era a única Instituição de Ensino Superior em Moçambique, implantada no sul do país, na atual Cidade de Maputo, então Cidade de Lourenço Marques (Taimo; Gonçalves, 2023, p. 160). Contudo, houve ao longo do tempo significativas alterações no ensino superior em Moçambique, que se agudizaram com a independência do país, tornando-se o ensino superior um subsistema do Sistema Nacional de Educação.

A Lei nº. 18/2018, de 28 de dezembro estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação (SNE) na República de Moçambique e revoga a Lei nº. 6/92 de 6 de maio, Lei do Sistema Nacional de Educação. No capítulo II é apresentada a composição da estrutura do Sistema Nacional de Educação, ou seja, seus subsistemas, a saber: Subsistema de Educação Pré-Escolar; Subsistema de Educação Geral; Subsistema de Educação de Adultos; Subsistema de Educação Profissional; Subsistema de Educação e Formação de Professores, e; Subsistema de Ensino Superior. Nesta senda, recorremos à Lei nº. 1/2023, 17 de março de 2023, Lei que estabelece o regime jurídico do Subsistema do Ensino Superior e revoga a Lei nº. 27/2009, de 29 de setembro. Conforme o nº. 1 do art.7º desta Lei, o Subsistema do Ensino Superior estrutura-se em três ciclos de formação, respetivamente o 1º, o 2º e o 3º ciclos, que correspondem aos graus académicos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

Ora, dados apresentados em 2023 pelo Ministério de Ciência, Tecnologias e Ensino Superior de Moçambique referentes ao ano de 2020, apontam que a população estudantil do ensino superior é de 237.777 estudantes. A UEM é a IES com o maior número de estudantes (45592 estudantes, correspondente a 19% da população do ensino superior em Moçambique).

2.1 A Universidade Eduardo Mondlane

A história da UEM confunde-se com a história do ensino Superior em Moçambique, pois como acabamos de apontar acima, os Estudos Gerais Universitários, passaram a ser designados de ULM em 1968, esta mesma que anos mais tarde passou a designar-se UEM. Portanto, a UEM foi fundada no dia 21 de agosto de 1962, pelo Decreto-Lei nº. 44.530, sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique e em 1968, ascendeu à categoria de Universidade. Ela é assim a mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique, possuindo campus nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, e, através do ensino à distância, em todo o Moçambique e no estrangeiro.

A 1 de maio de 1976, o primeiro presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel, atribuiu a esta universidade, então ULM, o nome de UEM, como homenagem ao relevante papel do Doutor Eduardo Chivambo Mondlane². Embora a nova designação tenha sido imediatamente adotada, a sua oficialização só veio a acontecer em 1995 com o Decreto nº. 12/95, de 25 de abril que altera a designação da ULM para a UEM e aprova seus estatutos.

A UEM está estruturada em unidades orgânicas académicas, unidades orgânicas de investigação, unidades orgânicas especiais e unidades orgânicas administrativas. Destacamos, para compreensão deste trabalho, as unidades académicas, as especiais e as unidades administrativas. Constituem unidades académicas as Escolas e Faculdades, dentre elas a Faculdade de Letras e Ciências Sociais, aonde é oferecido o curso de graduação em História. São unidades especiais o AHM, entre outras unidades. Constituem unidades administrativas as direções, os gabinetes e a Escola de Pós-Graduação. Dentre as direções, encontra-se a Direção dos Serviços de Documentação responsável pela gestão ordinária do Repositório Institucional da UEM (RIUEM), onde foram levantadas e selecionadas as monografias analisadas neste trabalho.

Em 2020 foi aprovado o regulamento deste repositório, pelo Conselho Universitário, em sua segunda sessão ordinária. Portanto este instrumento vem regular o criado em 2019 pela Direção dos Serviços de Documentação, Repositório institucional da UEM (RIUEM) que é um conjunto de sistemas de informação com a missão de recolher, armazenar, preservar, divulgar e promover o acesso aberto e em formato digital à produção científica e académica da instituição.

² O primeiro líder da Frente Nacional de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Conforme o art. 8º deste regulamento, o RIUEM é um serviço integrado no Sistema Integrado de Bibliotecas da UEM (SIBUEM), conforme o art. 8º, e em termos de estrutura, subdivide-se em dois subsistemas, conforme indica o nº. 1 do art. 12: o subsistema de publicações científicas, designado RIUEM-Publicações Científicas, e; o subsistema de monografias, designado RIUEM-Monografias, este último, através do qual fizemos a nossa análise do tema que estamos a tratar.

O RIUEM-Monografias, segundo o nº. 3 deste mesmo artigo, realiza o registro e agregação dos trabalhos de conclusão de curso de licenciatura e especialização ministrados na UEM, e trabalhos apresentados em jornadas científicas estudantis organizadas pelas unidades académicas da UEM. Este subsistema está organizado em comunidades, subcomunidades e coleções. As comunidades correspondem às faculdades e escolas superiores. As subcomunidades correspondem às unidades internas das unidades académicas, como departamentos académicos e cursos de licenciatura e/ou especialização; as coleções, por sua vez, são todos os documentos disponibilizados pelas diferentes comunidades e subcomunidades (art. 24).

3. O Arquivo Histórico de Moçambique: de 1934 ao pós-1975

O AHM é uma unidade orgânica da UEM. Tem sob sua custódia um universo diversificado de património arquivístico constituído por fundos e coleções, nos mais variados tipos e suportes, desde o séc. XVIII até à atualidade.

A ideia de se criar o AHM surgiu num contexto em que o Governo Colonial não tinha recursos necessários para o efeito. Deste modo, decidiu, através da Portaria nº. 2.264, de 27 de junho de 1934, incumbir à Repartição de Estatística as tarefas do futuro AHM e da futura Biblioteca da Colónia. E em 1939, através do Diploma Legislativo nº. 635, de 19 de abril, foi atribuído ao AHM a dupla tarefa de “Instrumento de Cultura Histórica” e de “Arquivo do Governo da Colónia”.

Em 1957 o AHM foi transferido da Repartição de Estatística para os Serviços de Instrução e incorporado na sua estrutura administrativa o Museu Histórico Militar da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, de Lourenço Marques, em consequência do Decreto-Lei nº. 41.472, de 23 de dezembro. No ano seguinte, o Decreto nº. 42.030, de 31 de dezembro, reafirma sua importância como arquivo geral e depósito legal da província e, nomeia o primeiro diretor do AHM.

Em 1943 o AHM inaugurou o edifício construído especificamente para albergar os vários acervos sob sua custódia de onde foi desalojado através do Diploma-Legislativo nº. 2.632, de 7 de agosto de 1965, passando a ocupar parte do edifício onde tinha sido instalada a Biblioteca Nacional.

Em 1976 o AHM foi desligado dos Serviços de Instrução e integrado na estrutura administrativa da UEM. A nova tutela permitiu a esta instituição criar infraestruturas indispensáveis e levar a cabo o projeto de recolha de documentação colonial que até à data da independência encontrava-se dispersa em todo o país e, de documentos sobre Moçambique existentes em Portugal e Itália. Foi igualmente feito um investimento na formação de quadros e capacitação de técnicos internos e externos, em matérias de documentação.

Para complementar as fontes escritas e permitir a reconstituição histórica de certos períodos ou processos sociais, o AHM deu início ao projeto de recolha de fontes orais para a história de Moçambique, em 1980.

Dez anos depois de intenso trabalho de recolha, tratamento e organização dos acervos documentais, seguiu-se a fase de divulgação. Neste contexto inicia-se a produção da Revista Arquivo, que tinha por objetivo divulgar a informação de interesse para o ensino e a investigação.

Na tentativa de assegurar a proteção do patrimônio arquivístico nacional, disciplinar a custódia e o acesso à informação, o governo aprovou o Decreto nº. 33/92, de 26 de outubro, que cria o Sistema Nacional de Arquivos (SNA) e atribui ao AHM a função de órgão central. Este sistema não avançou devido a problemas estruturais e carência de recursos humanos qualificados. Quinze anos mais tarde o Decreto nº. 36/2007, de 27 de agosto, altera o SNA passando a denominar-se Sistema Nacional de Arquivos de Estado (SNAE) e transfere a função de órgão central do AHM para a entidade que superintende na administração pública, Ministério da Administração Estatal e Função Pública, e atribui ao AHM a função de órgão de assessoria. Em 2018 o governo aprova a revisão do SNAE e revoga o Decreto nº. 36/2007, através do Decreto nº. 84/2018, de 26 de dezembro.

Atualmente o AHM é órgão de assessoria e gestão de documentos na fase permanente. Tem como grande desafio a construção de infraestruturas adequadas às suas reais necessidades.

4. O Ensino de História na Universidade Eduardo Mondlane e o Arquivo Histórico de Moçambique

O ensino do curso de graduação em História na UEM, coincide nos seus primórdios, com o ensino de graduação em História em Moçambique, visto que a UEM foi a primeira universidade moçambicana a ser fundada em 1962 e a introduzir o curso de História em 1968. Este curso de 1968 era o de bacharelato. O curso de graduação em História, com a duração de cinco anos, foi introduzido em 1989 com a criação do Departamento de História na Faculdade de Letras.

Ora, no início dos anos 1990 anunciavam-se novos desafios de desenvolvimento para Moçambique sobretudo com a assinatura dos acordos de Roma. Foi nesse contexto que viria a ser criada a Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), para formar quadros em novas especialidades que pudessem contribuir para o desenvolvimento social e económico, conforme pontuam Matos, Tembe e Arnaldo (2023). Nesta senda, a UFICS iniciou a partir de 1998, cursos de graduação nas áreas de Antropologia, Sociologia, Administração Pública e Ciência Política.

Em 2003, a Faculdade de Letras e a UFICS formaram uma única unidade, dando origem à atual Faculdade de Letras e Ciências Sociais (*ibid.*). A Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) é atualmente a maior faculdade da UEM, com cerca de 5.000 estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação. Dentre os cursos de graduação lecionados nesta faculdade, destacamos os cursos de Administração Pública; Ciência Política; Ensino de Línguas Bantu; Língua e Cultura Chinesa; Literatura Moçambicana; Sociologia; Geografia; História, etc. (Universidade Eduardo Mondlane, s.d.).

O currículo de graduação em História passou por adaptações em 1992 e 1993, que consistiram na alteração pontual do posicionamento de algumas disciplinas e numa ligeira redução da carga horária. Em 2004, o Departamento de História fez uma reforma curricular que assentou na introdução de um tronco comum e três (3) linhas de opção (História Social, Ensino e Documentação) com uma duração de quatro anos. O atual currículo do curso de graduação em História já não apresenta estas linhas de opção.

Para a prossecução dos objetivos do ensino de graduação em História na UEM, o Departamento de História aposta em aulas teóricas, ministradas em salas de aula, e em aulas práticas desenvolvidas com recurso a fundos e coleções documentais sob a custódia do AHM. Neste contexto, o papel do AHM na formação dos graduados em História circunscreve-se à disponibilização das fontes em sua posse para a pesquisa e na orientação dos graduados nas atividades práticas (oficinas de história) - análise, tratamento, organização e produção de instrumentos de pesquisa. Desta feita, o AHM tem sob sua custódia fundos arquivísticos tratados e instrumentos de pesquisas elaborados por ex-estudantes e docentes do Departamento de História.

Ademais, este departamento conta com o apoio de funcionários (arquivistas e historiadores) do AHM, na docência. Aliás, Costa (1994) apontou que logo em 1974, durante o Governo de Transição e no período que se seguiu à independência, se alguns programas de ensino não precisavam de alteração, era urgente que ela se realizasse, a nível da História e da Geografia e nessa altura, coube a alguns professores e estudantes da então ULM, fazer esse estudo preliminar e elaborar os primeiros programas do ensino, os *curricula* para os diversos anos do curso de História e os textos de apoio de todos eles, para professores e estudantes.

Conforme a autora, o grupo que assumiu esta responsabilidade teve que ser simultaneamente aluno, professor, documentalista e arquivista. Ao mesmo tempo, a universidade disponibilizava para o AHM alguns edifícios onde tinham funcionado faculdades (economia, matemática e história), que, entretanto, se transferiram para as novas instalações do Campus universitário. Costa (1994) acrescenta que somente a UEM tinha, naquele momento, a capacidade para possibilitar ao Arquivo Histórico o apoio necessário à criação de infraestrutura indispensável ao seu desenvolvimento e se tornar capaz de exercer a dupla função de Arquivo Histórico e Arquivo Nacional e assim iniciar-se uma nova fase a nível de Fontes, Arquivo, História e Ensino.

A autora “De qualquer modo, foi com muito empenho e vencendo muitas dificuldades que conseguimos ter em Moçambique um Arquivo que pode dar uma resposta positiva ao desenvolvimento da investigação e ensino da História” (Costa, 1994, p. 498). O exercício métrico feito neste trabalho mostrou o quão o AHM é uma fonte de informação para os estudantes do curso de graduação em História da UEM.

Considerações finais

Os arquivos, enquanto instituição ou enquanto conjunto de documentos, sempre estiveram em estreita relação com a História, nas suas variadas dimensões. Do trabalho aqui realizado constatou-se que o curso de graduação em História foi começado a ser ministrado em 1989 na UEM, mas que tem raízes no curso de bacharelado em História, introduzido em 1968, na então ULM. Conclui-se que o curso de graduação em História toma o AHM como fonte e a temática de “Memória” não aparece como central ou transversal das monografias. Do total das monografias e das balizas cronológicas apresentadas pelo repositório, infere-se que nem todas as monografias do curso foram nele depositadas e/ou indexadas. Isto é, constatou-se que existe um vazio temporal no Repositório de Monografias.

Tendo sido feita uma comparação da lista de monografias defendidas fornecida pelo Departamento de História, identificou-se que a lista apresenta maior número de monografias (259) em relação ao número total de monografias depositadas no repositório de monografias na comunidade de História (143), e que as balizas cronológicas diferem, sendo da lista do departamento de 1994 a 2007, e do repositório de 1977 à 2019, embora esta última apresente menor número de trabalhos como acabamos de apontar.

A coleção de História no repositório de monografia apresenta um total de 462 assuntos indexados, contudo dos termos definidos para busca no âmbito deste trabalho, “Arquivo”; “*Archive*”; “Arquivo Histórico de Moçambique” e “Memória”, somente o termo “Arquivo Histórico de Moçambique” consta da lista dos assuntos. Assim, infere-se que a busca pelos termos definidos parece não dar respostas reais do que a coleção de História contém, ainda que, em termos de quantidade de trabalhos depositados, estes sejam em menor número. Este aspecto nos dá a possibilidade de aprofundarmos, num próximo trabalho, as relações entre memória, arquivos e educação em Moçambique através do repositório de monografias da UEM.

Diante destas constatações, recomenda-se, através deste trabalho, que as monografias sejam regularmente indexadas no repositório a fim de cumprir e contribuir para o preceito de acesso à informação e democratização do conhecimento.

Referências

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da memória: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo / Secretaria de Estado de Cultura. Departamento de Museus e Arquivos, 1996.
- CÔNDILO, Camila. *Autoria, autoridade, e escrita da história na Grécia antiga*. In: História (São Paulo), v.40, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021040>.
- COSTA, Inês Nogueira. *Importância dos arquivos na construção e ensino da história de África: o Arquivo Histórico de Moçambique*. In: Colóquio construção e ensino da história de África: actas. - [S.l.: s.n., 1994. - p. 491-500.
- JANOTTI, Maria de Lurdes. *O livro Fontes históricas como fonte*. In: Fontes históricas. PINSK, Carla Bassanezi (org). São Paulo: Contexto, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- MANGUE, Manuel; BLAUNDE, José. *Capítulo VII - Expansão da Universidade Eduardo Mondlane e do ensino superior em Moçambique*. In: Universidade Eduardo Mondlane: capítulos de um percurso. Portal de e-Books da UEM, 2023.
- MATOS, Narciso.; TEMBE, Joel das Neves; ARNALDO, Carlos. *Capítulo I - UEM: Criação, transformação e transição de uma universidade de elite colonial para uma universidade nacional num Moçambique independente (1962 – 1995)*. In: Universidade Eduardo Mondlane: capítulos de um percurso. Portal de e-Books da UEM, 2023.
- MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIAS E ENSINO SUPERIOR. *Estatísticas e Indicadores sobre o Ensino Superior – 2020*. Maputo, 2023.
- MOÇAMBIQUE. *Decreto n.º 26/76, de 17 de julho*. Integra o Arquivo Histórico de Moçambique na estrutura administrativa da Universidade Eduardo Mondlane. Boletim da República de Moçambique, Maputo, 1976.
- MOÇAMBIQUE. *Decreto n.º 33/92, de 26 de outubro*. Institui o Sistema Nacional de Arquivos. Boletim da República de Moçambique, Maputo, 1992.
- MOÇAMBIQUE. *Decreto n.º 12/95, de 25 de abril*. Altera a designação da Universidade de Lourenço Marques para a Universidade Eduardo Mondlane e aprova seus estatutos. Boletim da República de Moçambique, Maputo, 1995.
- MOÇAMBIQUE. *Decreto n. 36/2007, de 27 de agosto*. Altera o Sistema Nacional de Arquivos criado pelo Decreto n.º 33.92, de 26 de outubro, passando a denominar-se Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE). Boletim da República de Moçambique, Maputo, 2007.

MOÇAMBIQUE. *Decreto n.º 84/2018, de 26 de dezembro*. Aprova a revisão do Sistema Nacional de Arquivos do Estado (SNAE). Boletim da República de Moçambique, Maputo, 2018.

MOÇAMBIQUE. *Lei n.º 18/2018, de 28 de dezembro*, que estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação (SNE) na República de Moçambique e revoga a Lei n. 6/92 de 6 de maio, Lei do Sistema Nacional de Educação. Boletim da República de Moçambique, Maputo, 2018.

MOÇAMBIQUE. *Lei n.º 1/2023, 17 de março de 2023*, Lei que estabelece o regime jurídico do Subsistema do Ensino Superior. Boletim da República de Moçambique, Maputo, 2023.

PORTUGAL. *Portaria n.º 2.267, de 27 de junho de 1934*. Determina que enquanto não for criada em Moçambique uma biblioteca e um arquivo histórico da colónia, ficarão a cargo da Repartição de Estatística os livros impressos e documentos existentes nos arquivos dos serviços públicos que interessem à constituição de uma biblioteca e de um arquivo com aquelas designações.

PORTUGAL. Diploma-Legislativo n.º 635, de 19 de abril de 1939. Define as funções do Arquivo Histórico de Moçambique.

PORTUGAL. *Decreto-Lei n.º 41.472, de 23 de dezembro de 1957*. Insere disposições relativas ao ordenamento das actividades de natureza cultural e pedagógica exercidas no ultramar e do funcionamento dos respectivos órgãos.

PORTUGAL. *Decreto n.º 42.030, de 31 de dezembro de 1958*. Insere disposições relativas ao funcionamento do Arquivo Histórico de Moçambique e do Museu Histórico Militar da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, de Lourenço Marques. Boletim Oficial, Série I, n. 52. Lourenço Marques.

PORTUGAL. *Decreto-Lei n.º 44.530, de 21 de agosto de 1962*. Cria nas províncias de Angola e de Moçambique, os Estudos Gerais Universitários, integrados nas universidades portuguesas.

PORTUGAL. *Decreto-Lei n.º 45.180, de 5 de agosto de 1963*. Promulga o regime de funcionamento dos Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique.

PORTUGAL. *Decreto n.º 48.790, de 23 de dezembro de 1968*. Determina que os Estudos Gerais Universitários de Angola e de Moçambique passem a ter a designação, respectivamente, de Universidade de Luanda e de Universidade de Lourenço Marques.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

TAIMO, Jamisse; GONÇALVES, António Cipriano. *Capítulo V - A contribuição da UEM para o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique*. In: Universidade Eduardo Mondlane: capítulos de um percurso. Portal de e-Books da UEM, 2023.

UAMUSSE, Amália et al. *Capítulo XI - Evolução da graduação e pós-graduação na UEM*. In: Universidade Eduardo Mondlane: capítulos de um percurso. Portal de e-Books da UEM, 2023.